

Ameaças à Amazônia vão muito além das queimadas



Há outros tipos de ameaças à conservação da Amazônia, além do desmatamento, que ocorrem em pequena escala e em áreas de várzea da região, como a extração inadequada de madeira e o manejo inapropriado de recursos pesqueiros -, que podem gerar transformações tão importantes na floresta nas próximas décadas quanto as queimadas.

Esses fenômenos, contudo, são menos perceptíveis e não são facilmente detectáveis na paisagem por imagens aéreas, como são as próprias queimadas, por acontecerem no interior da floresta e fora do chamado 'Arco do desmatamento amazônico' (região de borda do bioma que corresponde ao sul e ao leste da Amazônia Legal e abrange todos os estados da região Norte, mais Mato Grosso e uma parte do Maranhão). Por isso, podem passar despercebidos e não merecer a mesma atenção recebida pelos desmatamentos pelos órgãos fiscalizadores.

O alerta foi feito por Hélder Queiroz, pesquisador do [Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá \(IDSMA\)](#), durante o [sétimo encontro](#) do Ciclo de Conferências 2013 do Biota-Fapesp Educação, realizado no dia 19 de setembro em São Paulo.

“A diminuição do desmatamento é, sem dúvida, muito importante para a conservação da Amazônia, mas ele não representa a única ameaça ao bioma”, afirmou Queiroz.

“Também há um grupo grande de ameaças, composto por transformações de *habitat* em pequena escala realizadas exatamente da mesma forma nos últimos 50 anos e de difícil detecção, mas que geram mudanças importantes na composição e na estrutura da floresta e cujos efeitos serão prolongados por muitas décadas”, estimou.

A extração inadequada de madeira da Floresta Amazônica, por exemplo, pode alterar o número de espécies de animais que vivem em uma determinada área da selva. Isso porque, de acordo com o pesquisador, algumas espécies de árvore cuja madeira tem grande valor comercial - e, por isso, são mais visadas - também podem ser importantes para alimentação da fauna.

A retirada dessas espécies de árvore de forma desordenada pode alterar a composição florística e, conseqüentemente, de espécies de animais de uma área da floresta, ressaltou Queiroz.

“A abertura de pequenas clareiras para remoção específica dessas espécies de madeira não é detectada pelas imagens de satélite porque, geralmente, elas têm poucos metros quadrados”, disse Queiroz.

“Ao final de três décadas, todas as espécies dessas árvores e, conseqüentemente, a fauna que dependia delas podem desaparecer da região”, alertou.

PESCA E CAÇA INADEQUADAS

Outra ameaça que está se tornando um problema na Amazônia, de acordo com o pesquisador, é a pesca desordenada da piracatinga (*Calophysus macropterus*) espécie de peixe sem escama, apreciada para consumo, conhecida popularmente como “urubu d’água”, por ser carnívora e se alimentar de restos de peixe e outros animais.

Para a pesca do peixe na região amazônica está sendo utilizada como isca a carne de jacaré e de boto cor-de-rosa. Por causa disso, o número de botos cor-de-rosa, também conhecidos como botos-vermelhos (*Inia geoffrensis*) - diminuiu em diversas regiões da Amazônia, indicam dados de monitoramento da espécie na região da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Mamirauá fornecidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa).

“A carcaça de um jacaré ou de boto cor-de-rosa vale, no máximo, R\$ 100,00 na região amazônica e gera aproximadamente entre 200 e 300 quilos dessa espécie de peixe”, disse Queiroz.

“Além de uma crise pesqueira, esse problema representa um sistema de valoração da biodiversidade que está profundamente desequilibrado”, avaliou.

Já em terra, segundo o pesquisador, a caça desordenada de determinadas espécies de animais tem resultado no surgimento do que alguns autores denominaram no início da década de 1990 de “florestas vazias” - áreas de floresta em pé, mas nas quais as principais espécies de animais responsáveis pela reprodução, polinização e dispersão de sementes desaparecem em razão da caça desenfreada.

“A expressão cunhada para esse fenômeno - ‘florestas vazias’ - é romântica, mas o problema é preocupante e os efeitos dele são só percebidos ao longo de décadas”, avaliou Queiroz. “Os aviões ou satélites utilizados para monitoramento também não conseguem identificar essas regiões de floresta cujas árvores estão em pé, mas nas quais as espécies de animais estão sendo intensamente caçadas”, afirmou.

FLORESTAS ALAGADAS

Em geral, a maior parte dessas ameaças “imperceptíveis” ocorre nas chamadas florestas alagadas ou de várzea - que representam quase um quarto de toda a extensão da Amazônia, ressaltou o pesquisador.

Submetidas ao regime de alagamento diário, sazonal ou imprevisível - de acordo com o regime de chuvas -, essas regiões de baixas altitudes são alagadas por águas brancas, de origem andina, escoadas, principalmente, pelos rios Solimões e Madeira.

Como são muito produtivos - por suas águas receberem grandes cargas de nutrientes e sedimentos -, os recursos naturais das florestas de várzea da Amazônia são abundantes. Por isso, são densamente ocupadas desde o período pré-colombiano.

“Praticamente 75% da população amazônica [cerca de 8 milhões de pessoas] está diretamente inserida nesses ambientes de várzea ou em suas proximidades, vivendo, trabalhando e transformando essas regiões”, disse Queiroz.

“Isso significa que esses ambientes são mais ameaçados do que os localizados no ‘arco do desmatamento’, porque recebem maior impacto diário das populações, ainda que não sejam detectados na paisagem, como o desmatamento”, comparou.

Justamente por terem grande densidade populacional, é difícil criar Áreas Prioritárias para Conservação (Arpa) nessas regiões de floresta alagada, contou Queiroz. “Existem poucas áreas protegidas e muitas propostas de criação de Arpas em florestas alagadas da Amazônia”, afirmou.

Algumas delas são as RDS de Mamirauá e Amanã, que, juntas, somam quase 3,5 milhões de hectares da Amazônia.

Criada no início dos anos de 1980 com intuito de proteger o macaco uacari-branco (*Cacajao calvus*), a Reserva de Mamirauá começou a ser gerida no final dos anos 1990 pelo Instituto Mamirauá, que tem o objetivo de realizar pesquisa de conservação da biodiversidade.

Os pesquisadores da instituição fazem pesquisas voltadas principalmente para o manejo sustentável dos recursos naturais. E, mais recentemente, começaram a desenvolver tecnologias sociais voltadas ao tratamento de água e ao saneamento ambiental, entre outras finalidades.

“Desde 2010 estamos expandindo nossas ações. Atualmente elas atingem 150 mil pessoas. Mas esperamos chegar, nos próximos anos, 1,5 milhão de pessoas”, contou Queiroz.

REDUÇÃO DO DESMATAMENTO

O evento na FAPESP também contou com a participação de Maria Lucia Absy, pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa).

Em sua palestra, Absy destacou a queda das taxas anuais de desflorestamento da Amazônia Legal, que, no total, caíram 84% no período de 2004 a 2012, segundo dados do Projeto Prodes, do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama).

“As ações de fiscalização e redução dos índices de desmatamento da Amazônia contam com o suporte fundamental dessa ferramenta e do Deter [*Sistema de Detecção do Desmatamento do Tempo Real, realizado pelo Inpe*]”, ressaltou.

“Não é que seja errado desmatar uma área – desde que não seja grande – para fins produtivos. O errado é fazer isso aleatoriamente, sem metodologia e técnicas de manejo florestal”, avaliou Absy.

O próximo encontro do Ciclo de Conferências 2013 do Biota Educação será realizado no dia 24 de outubro, quando será abordado o tema ‘Ambientes marinhos e costeiros’.

Finalizando o ciclo, em 21 de novembro, o tema será “Biodiversidade em Ambientes Antrópicos – Urbanos e Rurais”.

Organizado pelo Programa de Pesquisa em Caracterização, Conservação, Recuperação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Estado de São Paulo (Biota-Fapesp), o Ciclo de Conferências 2013 tem

o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento do ensino de ciência.

Fonte: Agência Fapesp